

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Superintendência da Educação
Diretoria de Políticas e Programas Educacionais
Programa de Desenvolvimento Educacional

PRODUÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA - CADERNO TEMÁTICO

ASSIS CHATEAUBRIAND: HISTÓRIA E MEMÓRIA

Professora PDE: Rita Boritza

Orientadora: Professora Alessandra Gasparotto

Este trabalho tem por objetivo analisar os conflitos de ocupação de Assis Chateaubriand através da produção historiográfica e das memórias dos pioneiros, identificando o processo de permanências e mudanças na história e na memória dos seus habitantes. Requisito necessário para a conclusão do Projeto de Pesquisa do PDE, sob a orientação da professora Alessandra Gasparotto – Unioeste – Marechal Cândido Rondon – Pr.

PRODUÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA - CADERNO TEMÁTICO

ASSIS CHATEAUBRIAND: História e Memória

Professor PDE: Rita Boritza

Professor orientador IES: Alessandra Gasparotto

IES vinculada: UNIOESTE – Campus: Marechal Cândido Rondon

ÁREA: História

NRE: Assis Chateaubriand

Escola de implementação: CEEBJA de Assis Chateaubriand

SUMÁRIO

Introdução	4
1. As terras cobiçadas do Vale do Piquiri	7
1.1 - Como essas terras foram parar nas mãos da Colonizadora Norte do Paraná?.....	11
1.2 - Duas versões e muitas histórias	13
1.3 – Controle da memória como estratégia de poder	15
1.3.1 - História a contrapelo.....	17
1.4 – De mãe de Deus à Assis Chateaubriand: que interesses estavam em jogo na mudança do nome da cidade?	21
1.4.1 - “O Bravo homem que lhe deu o nome ...”: Por que continuamos a reproduzir o poder hegemônico?	25
2. Assis Chateaubriand: História e memória	29
2.1 - História oral: uma proposta metodológica	32
2.2- Proposta de Intervenção pedagógica	35
4- REFERÊNCIAS	39

Introdução

Assis Chateaubriand se localiza no oeste do estado do Paraná. Em 1960, pertencia ao município de Guairá, depois passou a pertencer a Toledo, sendo denominado distrito de Tupãssi, que em Tupi-Guarani significa Mãe de Deus. Com o crescimento rápido do processo colonizador, aventureiros e pioneiros de diversas partes do Brasil lutaram com todas as armas para a ocupação/desocupação dessas terras. Em 20 de agosto de 1966, com a visita do jornalista e embaixador Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, junto com o então governador do Estado, Dr. Paulo Pimentel, criou-se o município que passou a se chamar Assis Chateaubriand, em homenagem ao jornalista.

A história de Assis Chateaubriand tem origem conturbada. O processo de colonização foi obstruído por tumultuada documentação possessória que remonta à época das sesmarias.

Estudar os conflitos de ocupação de Assis Chateaubriand, a partir da história oral, é privilegiar as muitas memórias *subterrâneas* que ficaram à margem da história oficial. Muitas pessoas que dele participaram ou testemunharam, foram deixadas de lado, prevalecendo os interesses de quem comandava o processo decisório do poder, seja político ou econômico, nas décadas de 60-70.

O presente projeto propõe analisar impressões particulares dos sujeitos que testemunharam este processo, bem como as memórias que se cultivam na atualidade, traçando um contraponto com as memórias oficiais sobre os conflitos de ocupação na região de Assis Chateaubriand.

O que aconteceu com os pequenos agricultores que tiveram suas terras arrancadas pelo poder da colonizadora? Toda essa violência foi cometida de fato, ou é apenas mito? Que “histórias” eles e seus descendentes contam? Quais as versões sobre os conflitos? Como os entrevistados vêem o tema? O que a narrativa dos que viveram ou presenciaram, podem informar sobre os acontecimentos no contexto da colonização de município de Assis Chateaubriand? Estas são algumas das questões que buscaremos investigar.

Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo analisar as produções historiográficas existentes sobre o conflito e depoimentos citados por Souto Maior¹, Boritza², Colognese³ e

¹ - SOUTO MAIOR, Laércio. *História do Município de Assis Chateaubriand; O encontro das correntes migratórias na última fronteira agrícola do Estado do Paraná*. Maringá: Clichetec/Gráfica e Editora, 1996. Este livro foi escrito por ocasião dos 30 anos de emancipação política, a pedido do prefeito da época Luiz do Amaral.

outros coletados a partir de entrevistas de história oral. Objetiva-se buscar no testemunho de alguns pioneiros a memória oculta, subterrânea, dos que vivenciaram a experiência do mandonismo político, do grilo de terras, da expulsão, da distribuição de falsos títulos de terras e perceber como estas pessoas reinventaram a própria existência.

Na perspectiva de um projeto de Intervenção Pedagógica, busca-se perceber como estas versões e histórias se manifestam nas formas como os alunos da EJA compreendem e relatam a história de sua cidade. Quais as memórias que prevalecem? Ele e/ou sua família testemunharam os acontecimentos? Que relação estabelece entre sua identidade, a história de Assis Chateaubriand e o contexto do poder ditatorial das décadas de 60-70?

A realização de entrevistas pode colocar em xeque interpretações macrossociológicas; além disso, o estudo de experiências particulares torna mais concreto o conhecimento sobre o passado e permite perceber as relações entre o tempo histórico e a trajetória individual, ampliando o conhecimento da História com base na trajetória de vida.

O presente trabalho fundamenta-se nas Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná, e a temática sobre os conflitos ocupacionais de Assis Chateaubriand remete às esferas das representações, do imaginário e das práticas sociais onde,

... as relações humanas determinam os limites e as possibilidades das ações dos sujeitos de modo a demarcar como estes podem transformar constantemente as estruturas sócio-históricas. [...] devem-se considerar também as relações dos seres humanos com os fenômenos naturais, tais como as condições geográficas, físicas e biológicas de uma determinada época e local, que também se conformam a partir das ações humanas. [...] ao confrontar ou comparar documentos entre si e com o contexto social e teórico que os constituíram, a produção do conhecimento propicia validar, refutar ou complementar a produção historiográfica existente.⁴

Busca-se também subsidiar a historiografia paranaense, particularmente sobre o oeste do Estado do Paraná, assim como trabalhar tais temáticas em sala de aula, de acordo com a lei no. 13.181/01, que torna obrigatório no Ensino Fundamental e Médio da rede pública estadual os conteúdos de História do Paraná.

² - BORITZA, Rita. *Os Conflitos Ocupacionais da Colonização de Assis Chateaubriand*. UNIOESTE, Monografia de Conclusão do Curso de Especialização em História do Brasil. Toledo, 1994

³ - COLOGNESTE, Silvio A. GREGORY, Valdir. SCHALLENBERGER, Erneldo. *Tupãssi: Do Mito a História*. Cascavel. Edunioeste, 1999. Na época da colonização, este município pertencia a Assis Chateaubriand.

⁴ - SEED. Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná. Curitiba. 2006, p. 22-23

Sob uma perspectiva de inclusão social, estas Diretrizes consideram a diversidade cultural nos locais de memória paranaense, de modo que buscam contemplar demandas em que também se situam os movimentos sociais organizados e destacam os seguintes aspectos: o cumprimento da Lei n. 13.381/01, que torna obrigatório, no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual, os conteúdos de História do Paraná.⁵

Propomos-nos ainda a apresentar uma breve reflexão sobre história e memória, pois, conforme Le Goff (2003)

... se o estudante não levar consigo uma recordação viva das nossas glórias nacionais, se não souber que nossos antepassados combateram em mil campos de batalha, por mil causas, se não aprender o que custou, em sangue e esforços, construir a unidade de nossa pátria e libertar do caos das nossas envelhecidas instituições as leis sagradas que nos tornaram livres, se não vier a ser um cidadão comprometido com os seus deveres e um soldado que ama a sua bandeira, então o professor perdeu seu tempo”.⁶

A consciência de cidadania é adquirida pelo sujeito quando o mesmo reconhece sua história, sua memória, sua vida e as relações sociais que estabelece com os outros homens. A identidade é construída a partir do sentimento de pertença a determinado grupo social ou acontecimento histórico. Pretende-se apreender como os alunos percebem a história de sua cidade, entender quais leituras eles constroem sobre esse processo, e, mais do que isso, possibilitar que tenham acesso a diferentes memórias sobre Assis Chateaubriand, e que a partir destas memórias eles possam perceber a sua história de forma diferente.

⁵ - idem p. 21.

⁶ - LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª. Ed. Campinas: Unicamp, 2003, p.75

1. As terras cobijadas do Vale do Piquiri

Estudar a colonização de Assis Chateaubriand é ter que voltar no tempo. O histórico dos documentos possessórios vem da época das sesmarias⁷, sistema de doação de terras no Brasil, adotado por Portugal no século XVI.

Até 1822, a ocupação da terra ocorreu através do sistema de sesmaria, que era a aplicação, no Brasil, do Código Português de 1375. Recebia Carta de Sesmaria não quem estivesse disposto a trabalhar um pedaço de terra, mas sim, a pessoa que tinha influência no Governo e sabia como requerer as Cartas e obter um deferimento. [...] O Sistema de Sesmarias deu origem ao latifúndio no Brasil. Porém, a grande maioria dos que vinham ao Brasil não eram sesmeiros e sim, posseiros. A luta do posseiro, portanto, vem desde a época colonial.⁸

Um decreto imperial de 1889 provocou uma disputa entre o Paraná e o governo federal sobre as terras da região de fronteira. De 1957-60, o então governador do Paraná Moisés Lupion, emitiu títulos de domínio sobre as mesmas terras já tituladas ou comprometidas. Na época, acusou-se Lupion de distribuir títulos em branco a pessoas que não residiam no Paraná e esses títulos foram parar nas mãos da Colonizadora Norte do Paraná que, amparada nestes documentos, forçou a desocupação de áreas inteiras em Assis Chateaubriand.

Segundo Boritza (1994), em 1889, o decreto do império sob o no. 10.343, concedeu as mesmas terras ao engenheiro João Teixeira Soares ou Companhia que ele formasse para a construção de uma estrada de ferro que ligasse São Paulo ao Rio Grande do Sul, passando pelo Oeste do Paraná. Mais tarde o mesmo transferiu parte da concessão das

⁷ - O encargo de distribuir as terras era entregue a delegados, escolhidos entre os “homens bons”. Passou-se a eleger seis, um para cada dia útil da semana, daí o nome sesmarias, do latim seximus, “um sexto”, dividir em seis, desse modo tem-se o sesma, igual a dividir o território em sesmaria, porção de terra cultivável. Uma légua de sesmaria = 3000 braças = 30.000 palmos = 240.000 polegadas = 6.600 m = 6,6 km. Dicionário Aurélio. Já segundo Dicionário da Terra: semaria vem do verbo sesmar, significa avaliar, calcular; para outros, origina-se da palavra sesma, enquanto medida de divisão de terras; separar, dividir. No Brasil, sesmeiro passou a designar aquele que recebia a terra em sesmaria.

⁸ - LAZIER, Hermógenes. PARANÁ: *Terra de todas as gentes e de muitas Histórias*. Francisco Beltrão: Grafit, 2004, p 209

terras à Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO), subsidiária da Brazil Railway Company.⁹

Em 9 de novembro de 1889, o engenheiro João Teixeira Soares recebeu concessão, por 90 anos (revalidada pelo Governo Provisório da República, em 1890) pra construir uma ferrovia do rio Itararé (na então Província de São Paulo) até Santa Maria da Boca do Monte (Rio Grande do Sul). A concessão cedia a Teixeira Soares as áreas de terras em um faixa de 15 km de cada lado da ferrovia São Paulo- Rio Grande.

Como a estrada de ferro não saiu do projeto, o Decreto-lei 2.073, de 8 de março de 1940, passava à União o acervo da rede ferroviária e as terras ‘situadas nos estados do Paraná e Santa Catarina’.

Mas, na Revolução de 1930, o general Mario Tourinho, no governo do Paraná, havia incorporado as terras ao patrimônio estadual.

No final da década de 50, o então governador Moisés Lupion decidiu distribuir títulos de posse das áreas a colonizadores e grandes empreendedores.

Para solucionar o impasse, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) ingressou com ações de desapropriação, emitindo títulos definitivos.

Mas o Incra usou transcrições de posse viciadas (sem amparo legal) de cartórios da região para identificar os réus (que seriam desapropriados).

O ato do Incra aumentou a confusão, já que muitas áreas possuíam até cinco transcrições de posse (superposição de títulos).¹⁰

Em 1931, segundo Wachowicz (1987), o interventor Mário Tourinho, através do Decreto 300, declarou nulos os domínios da Brazil Railway, fazendo voltar estas terras ao domínio do Estado do Paraná, sob alegação de irregularidades por parte daquela empresa. A BRAVIACO recorreu à justiça. Por sua vez, o Governo Federal, visando à criação do Território do Iguaçu, baixou, em 1940, os Decretos 2.073 e 2.436, incorporando a União todos os bens da Brazil Railway, inclusive as terras colonizadas pelo Estado do Paraná através do Decreto 300. Começa aí uma longa disputa Judiciária entre o Paraná e a União pela posse de terras.

Na década de 50, iniciou-se uma tumultuada disputa judicial pelas terras, que persistiu por muitos anos. Parecia não ter data marcada para terminar. Para uns a solução seria uma questão de tempo. Os Funcionários do Incra de Cascavel se diziam cansados de tentar decidir sobre os herdeiros da terra. Parecia um enxame de herdeiros. Quando não era o posseiro que aparecia aqui com uma escritura na mão era a própria pessoa que, dizendo-

⁹ - Empresa de capital norte-americano, controlada pelo Trust Farquahr de Portland, estado do Maine que controlava as ações do grupo. Maiores detalhes ver: WACHOWICZ, Ruy C. *PARANÁ, SUDOESTE: Ocupação e colonização*. 2ª. Ed, Curitiba: Ed. Vicentina, 1987. p. 99-114

¹⁰ - *Folha de São Paulo*, 11/08/98, p. 56, apud Colognese e outros, 1999.

se herdeira de um pedaço de terra, vem atrás de nossa ajuda para poder ocupá-la.¹¹ Essa tumultuada documentação possessória, tem muitas origens, como está apresentado por Cordeiro (19--), onde Ayr Silva¹²

... confessou não suportar mais o regime de terror e ameaças que elementos acobertados por seu próprio partido, dentro e fora do governo, impunham aos colonos que se espalhavam pelo interior do atual município de Cascavel e áreas já povoadas, como Cafelândia, Corbélia, Capitão Leônidas Marques e outros Municípios surgidos ao longo dos anos 60 e 70.¹³

Aos jornalistas de “O Estado do Paraná”, a 26 de julho de 1959, narrava o assustado Ayr Silva: “Situações difíceis tem sido criadas em nosso Estado, no tocante à distribuição de terras devolutas, isto porque em se tratando de terra da mais alta qualidade para a policultura, todos voltam olhos cobiçosos, procurando, os mais avisados ou os mais espertos, tirar o máximo proveito”.

Silva recordava o conhecido caso de Campo Bonito, em que a Fundação vendeu indiscriminadamente glebas inteiras a um só indivíduo, deixando ao desabrigo e completamente espoliado nada menos de 300 famílias. [...] usurpando de posseiros todos os seus bens, arrancando bruscamente esses elementos que já estavam fixados à terra...¹⁴

Na gestão de Moisés Lupion, de 1957 a 1960, o governo emitiu uma infinidade de títulos de domínio sobre a mesma área, embora na época estivesse em curso uma ação, movida pela comarca de Foz do Iguaçu, onde o Estado pretendia anular os direitos possessórios dos herdeiros da Fazenda ou herdeiros de Francisco Antonio dos Santos. Entretanto, para os ocupantes de terra, que possuíam escrituras de compra e venda sem base em títulos legítimos, Lupion encaminhou um anteprojeto que, transformado em lei, dizia que:

[...] as posses com cultura efetiva e moradias habituais, sentidos por mais de 20 anos ininterruptos, sobre terras de domínio público estadual, habilitam seus detentores à obtenção de um título de domínio pleno, por doação, desde que sobre as mesmas terras não incidam escrituras públicas de compra e venda ou documentos hábeis de sucessão hereditária.¹⁵

¹¹ - *Jornal O Paraná*, 04/02/78, p. 24, apud Boritza, 1994

¹² - Ayr Silva era agente regional da Fundação Paranaense de colonização e Imigração. Vereador e presidente da Câmara de Cascavel. Mais informações ver: CORDEIRO, Anselmo. *Ninho de Cobras*. Cascavel: Editora Independente Ltda, [198-]

¹³ - idem, p. 63-64

¹⁴ - Idem, p.67-68

¹⁵ - Ipardes, 1989, p. 57, apud BORITZA, 1994.

Mesmo assim, Lupion deixou para trás uma herança de irregularidades, administrações equivocadas e corrupções, aprofundando a sobreposição de títulos.

Lupion, então Governador, distribui as terras cobiçadas. [...] E apesar da vastidão de terras a serem distribuídas, elas não chegaram para enriquecer a todos. Alguns, já haviam sido contemplados, queriam aumentar sua fortuna e requeriam novas terras para revender com lucros fabulosos aos retardatários. E houve lutas; e houve roubos, trapalhadas, negociatas e muitos ocuparam glebas de terra que já tinham dono. E os homens se jogaram uns contra os outros, de armas na mão, na disputa da terra dadivosa.¹⁶

Podemos perceber que os conflitos de terra no Paraná eram uma constante, principalmente no governo de Lupion. Para Cordeiro [198_] o golpe era simples: recolhiam-se procurações dos posseiros a pretexto de regularizar o registro de terras. As procurações eram passadas no cartório e levadas pelo escrivão aos posseiros, que assinavam com uma cruz (analfabetismo muito presente). Nessas procurações constava haver sido paga em moeda corrente a venda líquida da propriedade. Quando o colono tomava ciência, a procuração era arrancada a força com apoio de jagunços e de policiais militares que faziam horas extras como criminosos¹⁷. Em diversos casos ainda, a posse das procurações era negociada com latifundiários, através do pagamento de propina.

Alyr Silva, quando agente da Fundação recebia alguns estranhos bilhetes, assinados por um certo Ruy, todos com o timbre “Estado do Paraná”. Eis um deles: “Prezado amigo Alir (palavra ilegível). Acompanhe o Sbaraini até o lote 4 da gleba 2 São João, e pégue do posseiro João Etikoski uma carta (um documento) de que ele transferiu o seu direito de posseiro do referido lote ao snr. Joao Picchini. Faça você uma carta e o João só assina. Leve também na 16 para que o Sbaraini escolha uma área de 1000 alqueires para comprar. Abraços, Ruy. (Rasgue esse bilhete)”. [...] E ainda este revelador conselho, para dobrar a resistência de um posseiro teimoso: “Alir: Tenho grande interesse em resolver a situação do Sbaraini. Pegue a carta (borrão) documento do João Etikoki na ‘marra’. Ruy.”¹⁸

Documentos como este demonstram as algumas práticas na ocupação de oeste do paranaens. Para Cordeiro (198-), na região de Cascavel, ameaças e fraudes eram apoiadas

¹⁶ - VAZ, Raul. *LUPION: A Verdade*. Curitiba: Paratodos, 1986, p. 320

¹⁷ - CORDEIRO, op.cit., p. 68

¹⁸ - Idem, p. 69.

pelo aparelho policial, controlado por um *certo* major Haroldo Cruz, acusado de ser o responsável para pressionar os posseiros. Enquanto isso, em Curitiba, se alterava a titulação de acordo com as conveniências dos interessados.

1.1 - Como essas terras foram parar nas mãos da Colonizadora Norte do Paraná?

Oscar Martinez, sócio-proprietário da Colonizadora Norte do Paraná, em entrevista a Souto Maior (1996), relata que existiam inúmeras concessões de terras e de domínios particulares. Na época, havia uma corrente migratória desordenada, o que exigiu do governo do Estado a organização de um sistema de distribuição de terras, um processo de legalização do Departamento de Terras e Colonização¹⁹. De acordo com Vaz (1986), em 1946, Moisés Lupion assumiu e recebeu o Estado com 73% das terras devolutas e ele dizia que terra devoluta era foco de desassossego para o Estado, era problema social, problema de matança, problema de polícia, problema de justiça, etc. E que o governador assinava qualquer título de propriedade que aparecesse em sua mesa, e vendia muito barato, para resolver o problema.

Rudi Alvarez, gerente da Colonizadora Norte do Paraná, em Maringá, descobriu que Lupion estava vendendo as terras do Piquiri e contou isso a Oscar Martinez (posteriormente proprietário da Colonizadora Norte do Paraná, bem como das terras do Vale do Piquiri), que logo tomou providências para aquisição dessas terras.

... então o Dr. Oscar contactou um advogado que era muito ligado ao Lupion, em São Paulo, um professor da USP, Dr. Homero Pena Firme, e disse: 'Dr., já gastei 150 mil contos no grilo da Santa Cruz e eu derrubo o governo, pois sou amigo do David Nasser, Assis Chateaubriand e gasto mais 150 contos para derrubar o governo'. O Dr. Homero disse para o Martinez não fazer nada, que ele iria tomar as providências... Daí uma hora, ele telefonou para irmos a Curitiba e na semana seguinte começou novamente o acordo, foi quando eu fui para o Departamento de Terras para fazer a titulação dos títulos que cobriam os títulos da Santa Cruz no Estado.... que deram tranquilidade fundiária desta região.²⁰

¹⁹ - Entrevista - Dr Oscar Martinez, Curitiba, outubro de 1995. Apud SOUTO MAIOR, 1996, p. 189 ss.

²⁰ - Entrevista Rudi Alvarez, apud Souto Maior, 1996, p. 217-218

Aqui se evidenciam os mecanismos das negociações, dos acordos, das pressões para obtenção de posse das terras. Documentos e burocracia nos órgãos do Estado aprofundavam as incertezas e sobreposição de títulos e confusões legais. O tráfico de influência era muito evidente, pois o mesmo homem de confiança da Colonizadora assumia funções em órgão do Estado para regularizar documentação, ou seja, fazer a titulação dos títulos de terras.

Boritza (1994) relata que a

... Colonizadora Norte do Paraná S.A., que espalhou terror e invadiu terra em Assis Chateaubriand, tinha suas raízes [...] em ações judiciais, todas ligadas a Fazenda Santa Cruz, Cachoeira ou Rio dos Patos. [...] Estes sucessivos desmembramentos deram margem para que grupos econômicos e financeiramente bem, acobertassem a situação das mais comprometedoras. A Gleba Tupãssi, a mais visada pelos jagunços da Colonizadora Norte do Paraná S.A., tinha como proprietário de uma área de 670 alqueires, o vice-governador do Estado Dr. Otávio Cesário Pereira Junior, que também era advogado do Grupo Martinez.²¹

Diversos depoimentos comprovam que a Colonizadora cometia irregularidades. Chefiada pelo advogado paulista Oscar Martinez, e tendo como seu principal aliado a família de João Simões, deputado cassado pelo golpe de 1964, o que

[...] no ano de 1952, iniciou os trabalhos de colonização com Adízio Figueiredo dos Santos, através da Colonizadora União D'Oeste Ltda. No ano de 1958, Oscar Martinez, à frente da Colonizadora Norte do Paraná S/A, veio a desbravar e colonizar a região do Vale do Rio Piquiri, onde que um velho bordão fora usado: “as melhores terras do mundo”, naqueles idos tempos de pioneirismo.²²

Segundo o depoimento de Oscar Martinez, as terras foram adquiridas do governo do Estado do Paraná. As terras de concessões e domínios particulares estavam dificultando a penetração de correntes migratórias, crescendo de forma desordenada, então o governo organizou um sistema de distribuição de terras, inclusive sobre as terras de concessões que já haviam sido objeto de anulações, discussões em juízo, etc. Segundo Martinez, bastava ir a Curitiba, ao Departamento de Terras e requerer um porção de terras que o governo concedia. Para este “*o espírito do Estado era popularizar, democratizar a distribuição de*

²¹ - *O Paraná*, 25/02/77, p. 3, apud BORITZA, 1994

²² - Apostila de Dados. Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand – Pr. 2005

*terras no Estado e naturalmente com isso proporcionar o desenvolvimento da região, criando condições e legalizando essas áreas”.*²³

O governo media uma área de dez mil hectares por exemplo, e os localizava dentro daqueles dez mil hectares, por ordem cronológica. [...] cada requerimento geralmente era de quinhentos hectares. Então aqueles requerimentos eram legalizados dentro daquela Gleba de dez mil hectares e, às vezes, reunia um só proprietário, um só interessado que comprava o requerimento na praça, [...] Era muito difícil que um cidadão que morasse em Curitiba e que tivesse recebido quinhentos hectares de terras no Vale do Piquiri, no Vale do Iguaçu, naquele imenso sertão... fosse lá localizar os seus quinhentos hectares de terras e abrir uma propriedade ... Existia também no Vale do Piquiri, um domínio particular, chamado Santa Cruz, Fazenda Cachoeira ou Rio dos Patos e o Estado entrou com uma ação de juízo para anular os títulos de domínios particulares e a essas concessões, [...] já tínhamos comprado o direito da Colonizadora União do Oeste que era detentora do famigerado “grilo” que eles chamavam na época de grilo Santa Cruz. [...] procedemos com a legalização daquelas áreas ... com a condição do Estado desistir da ação que havia contra a Colonizadora União do Oeste. Feito isso legalizou as terras e a Colonizadora Norte do Paraná S.A. passou a ter o título do Estado e o título da União do oeste para evitar que alguma contestação pudesse haver no decorrer da colonização.²⁴

Assim, segundo tal versão, os titulares da Colonizadora deveriam ter o cuidado de juntar os dois títulos, o título particular e o do Estado, com isso estabeleceu-se tranqüilidade na região. Para Martinez todos os colonos venderam seus direitos e foram embora.

1.2 - Duas versões e muitas histórias

Estudar os conflitos de ocupação de Assis Chateaubriand é privilegiar as memórias de muitas pessoas que dele participaram ou testemunharam e foram deixadas de lado, prevalecendo os interesses de quem comandava o processo decisório do poder, seja político ou econômico, nas décadas de 60-70.

Propomos analisar impressões particulares desses sujeitos, bem como as memórias que se cultivam na atualidade, traçando um contraponto com as memórias oficiais sobre os conflitos de ocupação na região de Assis Chateaubriand.

²³ - Souto Maior, op.cit., p. 191

²⁴ - Oscar Martinez em entrevista em Curitiba, 1995, apud Souto Maior, 1996, p. 190-192

Geralmente, ao tratar-se da história da Colonização de Assis Chateaubriand há duas versões apresentadas: sendo a primeira

... a das companhias (compradoras dos lotes de terra), [...] lembrando e defendendo a metodologia legalista da venda e ocupação dos lotes que não causaram, até os dias de hoje, nenhum problema as empresas colonizadoras nem aos pioneiros. Orgulhosos, os donos da companhia afirmam [...] jamais existiu [...] processo criminal onde haja condenação contra os donos, diretores e funcionários das duas colonizadoras responsáveis pelo processo de colonização do município de Assis Chateaubriand.²⁵

A outra chamada por Souto Maior de “*populesca*”: “*rememora as violências cometidas contra os posseiros pelos jagunços contratados pelas companhias*”.²⁶ E citando Colodel (1960) afirma que: “*a arregimentação de pistoleiro por parte das companhias que exploravam o oeste paranaense sempre foi um fato corriqueiro e era de conhecimento público*”.²⁷

No ano de 1990, notícias sobre os conflitos de ocupação de Assis Chateaubriand voltaram a ocupar os discursos eleitorais. Em 1993, quando eleito, o governador Roberto Requião, fez seu primeiro pronunciamento dizendo: “*Vou reassumir em Assis Chateaubriand, diante das viúvas e dos órfãos dos agricultores assassinados pelas quadrilhas das colonizadoras*”.²⁸

Para Souto Maior (1996), o candidato ao governo usou do testemunho de um certo “Ferreirinha”, um falso pistoleiro que teria assassinado pessoas na região de Assis Chateaubriand, a mando da família Martinez.²⁹ Mas segundo o autor, este personagem nunca existiu e que o candidato teria feito disso motivos eleitorais. Porém, testemunhos comprovam que muitos outros “Ferreirinhas” atuaram como capangas da Colonizadora Norte do Paraná.

Nesta oportunidade, o povo paranaense voltou a tomar conhecimento da ocorrência de violências cometidas contra os posseiros a mando da Colonizadora Norte do Paraná S/A, da família de Oscar Martinez, assunto que parecia adormecido nos porões da história.

²⁵ - SOUTO MAIOR, op.cit., p.77

²⁶ - idem, p. 78

²⁷ - COLODEL, José Augusto. *Obragens & Companhia Colonizadora: Santa Helena na História do Oeste do Paraná até 1960* apud, SOUTO MAIOR, 1996, P. 78

²⁸ - SOUTO MAIOR, op.cit., p. 75.

²⁹ - idem, p.79

1.3 – Controle da memória como estratégia de poder

No livro *História do município de Assis Chateaubriand: O encontro das correntes migratórias na última fronteira agrícola do Estado do Paraná* (Souto Maior, 1996), buscamos alguns depoimentos para confrontar, questionar ou problematizar a colonização deste município.

Analisaremos algumas entrevistas citadas pelo autor: Rudy Alvarez (foi prefeito em Assis Chateaubriand e era sócio da colonizadora); José Bolívar Bretas (advogado); Adizio Figueiredo do Santos (sócio proprietário da colonizador e Oscar Martinez (proprietário majoritário da Colonizadora Norte do Paraná).

Rudy Alvarez em seu depoimento relata que as terras do Vale do Piquiri, foram adquiridas diretamente do governo do Estado do Paraná, a partir da década de 1940. Na busca por terras férteis, correntes migratórias vinham de todas as partes, procurando terras para cultivar. Isso crescia de forma desordenada. Em função disso o governo do Estado do Paraná organizou um sistema de distribuição de terras.

Rudy foi o primeiro prefeito eleito de Assis Chateaubriand, demonstrava estar muito próximo das negociações dessas terras. Descreve a insistência de Oscar Martinez em comprar as terras do Piquiri, fala da mudança do nome da cidade de Tupãssi para Assis Chateaubriand e a sua participação no processo de colonização.

A Colonizadora Norte do Paraná chegou nestas terras com posse de títulos comprados do governo. Segundo Rudy, para o governo a Fazenda Santa Cruz era resultado de grilagem e por isso seus títulos foram vendidos a Oscar Martinez e, enquanto isso, corria ação em juízo pela posse dessas terras e o estado perdeu, mas já havia vendido as terras a Martinez. A confusão de posse estava feita.

O então prefeito, afirma que o maior trabalho de assentamento e regularização foi perto do rio Memória e Lambari, (hoje Tupãssi). Uma vez sendo donos dessas terras, a companhia deveria legalizar o loteamento ocupado por posseiros, ou seja, comprar as posses, demarcar, lotear, num projeto de 10 alqueires paulistas para cada posseiro. A grande maioria não legitimou as terras, porque era muito pobre e optaram, segundo Rudy, por vender as terras.

Para Souto Maior, Adizio Figueiredo dos Santos, sócio-proprietário da Colonizadora Norte do Paraná, enfrentou problemas sérios com a penetração de intrusos, tumultuadores, nas terras do Vale do Piquiri.

Eles chegavam e diziam ser colonizadores e que tinham ordem do governo, mas na realidade, eram tumultuadores, muitos desses grupos tivemos que expulsar a força, assim que atravessavam o rio. Fomos obrigados a *fazer 'mão-forte', até que a justiça decidisse.*³⁰

Para Adízio, o *“oeste do Paraná era um imenso faroestão... violências causadoras de mortes na ocupação do Vale do Rio Piquiri foram ações ordenadas pelas duas empresas colonizadoras contra os posseiros ... divisas de terras...”*³¹

Embora Souto Maior conteste a versão sobre a violência ocorrida na região, a entrevista com o advogado José Bolívar Bretas deixa transparecer, de forma subliminar, os métodos pouco pacíficos utilizados para a ocupação.

José Bolívar Bretas,³² se auto-determina como sendo um homem tranqüilo, sereno, não dado a violência. Relata que, certo dia, um cliente veio com um problema de invasão de terras, na região do Cinco Mil, por ‘grileiros criminosos’. Segundo o depoente

... uma ação de despejo, na época, ou de uma reintegração de posse, ou de uma emissão de posse, era uma ação muito demorada, complicada, um processo aí que se arrasta por dez ou quinze anos. [...] porque se passasse mais um dia caracterizaria a posse, segundo o direito, para o invasor. Então não desobedecendo à Lei, mas com base na própria Lei, o Art. 502 do Código Civil Brasileiro, onde diz que o possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, com tanto que o faça logo, e foi o que nós fizemos.³³

José Bolívar Bretas continua narrando e assim descreve a ação de despejo:

No dia seguinte, eu me armei [...] Armei-me muito bem, com o revólver Shimith, cano longo, cabo madrepérola, revólver 38 que ganhei do meu pai. Fui para o Cinco Mil com mais oito homens, que eu juntei aqui na região, fui até a delegacia de Palotina, o comando do Batalhão militar era em Palotina. [...] e procedemos a desocupação de terra com um tiroteio [...] éramos em número maior, estávamos melhor preparados em armamentos, [...] invadimos as terras e desocupamos as mesmas,

³⁰ - Depoimento de Adizio Figueiredo dos Santos, apud, SOUTO MAIOR, op.cit., p. 83

³¹ - Idem p. 75

³² - Advogado, em entrevista de 19/09/96, SOUTO MAIOR, op. cit., p. 6

³³ - Idem, p. 264

expulsamos o pessoal de lá depois de um tiroteio, não agüentaram a parada e saíram.³⁴

Mais bem preparado, em número maior, era a força do poder do mais forte que impunha, ameaçava, coagia e expulsava os colonos. Aqui também é possível perceber que Assis foi palco de uma verdadeira “praça de guerra”. Diante desse e outros relatos, é possível afirmar que a colonizadora também usou de métodos violentos para colonização da região onde hoje se situa o município de Assis Chateaubriand. Será que ainda podemos acreditar em uma ocupação pacífica, coordenada, linear, negociada e sem violência?

Por outro lado o Dr. Bretãs tece uma série de elogios para Adizio Figueiredo dos Santos, sócio da Colonizadora. Para este Adízio,

... é meu pai espiritual ... um homem que tudo o que Assis Chateaubriand tem, deve a ele, ... o prédio da Associação Comercial denomina-se Edifício Adizio Figueiredo, o Estádio de Futebol de Tupãssi, é Estádio de Futebol Adizio Figueiredo dos Santos ... reconhecimento por aquilo que fez. ... E tudo isso é pouco para justicar o que Adizio fez por Assis Chateaubriand. [...] O Sr Adizio foi um pai para nós.³⁵

Será que devemos a um só homem o mérito da colonização? É esta a história que queremos contar a nossas gerações? “Tudo o que Assis tem deve a ele”, “um pai para nós”! E os outros? Ninguém mais construiu?³⁶

É possível perceber naquilo que se refere à posse, à titulação, à propriedade que não foi com tanta tranqüilidade que os fatos aconteceram. Os colonos que aqui chegaram, a partir dos anos 50 e 60, adquiriram terras de empreiteiras, madeireiras, agentes vendedores de terras e colonizadoras. Anos se passaram, mas muitos acontecimentos ainda não foram reconhecidos ou explicados.

1.3.1 - História a contrapelo³⁷

³⁴ - idem, p 266

³⁵ - idem p. 270

³⁶ - Bertholt Brecht já nos incitava a pensar sobre a mitificação histórica de pessoas quando, em um poema intitulado “Perguntas de um Trabalhador que lê”, assinalava: “... O jovem Alexandre conquistou a Índia. Sozinho? César bateu os gauleses. Não levava sequer um cozinheiro? Felipe da Espanha chorou, quando sua armada naufragou. Ninguém mais chorou? Frederico II venceu a Guerra dos sete anos. Quem venceu além dele?...”

³⁷ - Para Walter Benjamin, a tarefa do historiador será a de saber ler e escrever uma outra história, uma espécie de anti-história, uma história a “contrapelo”. Considera que sua missão é escovar a história a contrapelo. (Walter Benjamin, Sobre o conceito de história, tese VII, c. 1940). <http://cenadiaria.blogspot.com/2007/06/walter-benjamin- acessado em 19/11/08>

Vamos a busca de construir outra história, de recuperar o passado daqueles que lutaram contra a dominação, que não aceitaram ser apenas instrumentos de quem detinha o poder. Passaremos a analisar algumas entrevistas realizadas por Colognese, Gregory e Schllenberguer (1999)³⁸. Relatos apresentados por moradores do município de Tupãssi, que na época era distrito de Assis Chateaubriand.

Destacamos que muitos acontecimentos foram esquecidos, outros não foram ditos ou deixaram de ser mencionados por se tratar de fatos que podem mexer com o poder estabelecido, uma vez que diversos envolvidos convivem hoje em nossa sociedade. Pois o passado é também campo de lutas políticas muito vivas.

Para esses pioneiros, o ambiente de insegurança era comum, o medo rondava as propriedades, havia ameaças físicas e de perder as terras. A ausência da lei, as ameaças, a presença de jagunços era uma constante.

Izidoro Rubel relata que, chegando em Tupãssi, comprou terras da Companhia Santa Cruz, essa posse era de 40 alqueires:

Não foi fácil legalizar; os jagunços metiam-se no meio para atrapalhar. O chefe da Imobiliária Paraná era Miguel Vargas e o da Imobiliária Norte do Paraná era João Simões. Nós perdemos a terra da Santa Cruz e compramos da Santa Cruz novamente. Comprei 25 alqueires. Perdemos 80 alqueires. [...] os jagunços estavam do lado da Imobiliária. Segundo ele, havia gente que passava a noite no mato com medo da jagunçada. ‘Uma mulher nos contou que os jagunços quase mataram seu cunhado. Ele fugiu para o mato, deixando uma criança em casa. Os jagunços retiraram a criança e atearam fogo na casa. É Paulo Kugiski, a esposa dele chama-se Paulina. O filho mais velho é nosso afilhado.’³⁹

Neste relato a presença de ameaça, o medo, a insegurança é muito presente. Sentimentos de inseguranças também, quanto a referências legais de contratos e acordo da posse de terra “perdemos a terra e compramos novamente”. A vulnerabilidade à que estavam expostos, gerava este sentimento de pavor também quanto ao medo de perder as terras.

Já o senhor Aniceto Battisti afirma que comprou as terras quando ainda morava no RS, segundo ele “*as terras eram do Estado, no tempo do governador Moisés Lupion. As companhias compravam do governo e iam vendendo... os jagunços das Companhias eram*

³⁸ - COLOGNESE, GREGORY e SCHALLENBERGER, op.cit.

³⁹ - COLOGNESE, GREGORY e SCHALLENBERGER, op.cit., entrevista n. 8, Izidoro Rubel, idem, p. 81

bandidos...”⁴⁰ O elemento aqui presente é a comprovação de que neste governo a compra de terras ocorria de forma simples e rotineira. Para Oscar Martinez, muitas pessoas compravam terras na região, mas não se aventuravam a colonizar, porque as dificuldades eram muitas. Num outro momento da entrevista cita a duplicidade de documentos acerca da mesma terra. Para este, a Colonizadora deveria legalizar a documentação dessas terras. Alguns entrevistados afirmam terem comprado posse de 50 alqueires e na hora da legalização ficaram com apenas 20 alqueires.

Há outros depoimentos que comprovam a violência e o uso da força para “colonizar”:

Cheguei em 1968... levado ao escritório da companhia, aceitei a proposta feita verbalmente: vinte por cento dos lucros... ao assinar o contrato, li que a porcentagem era 25% e não mais 20% como o combinado. Assinei porque havia iniciado o plantio. Na hora da colheita, os jagunços afirmaram que era 50% do lucro para a companhia... Fui despejado.⁴¹

Jair Corsette morava em Tupãssi, e trabalhava para o jornal o Estado do Paraná, admitia não identificar onde terminava a influência da colonizadora e começava o poder da justiça da região. Estava convicto até que a Colonizadora manipulava a justiça a partir dos advogados. ‘Não existia aqui um advogado que pegue uma causa de posseiro e a leve adiante’. Dá como exemplo o caso do Chicão: ‘um dia antes do Chicão ser despejado, seu advogado, José Antonio de Jesus esteve três horas conversando, a portas fechadas com Adizio Figueiredo. Só então o despejo saiu.’⁴²

Na entrevista do padre Santo Pellizer, (apud Colognese, 1994), este afirma que “*as terras, na época do governo Lupion, pertenciam ao Estado e que havia muitos interesses e que os posseiros eram evacuados pelas companhias colonizadoras, com seus jagunços*”⁴³.

O médico e ex-prefeito de Toledo, Dr. Ernesto Dalloglio, em seus relatos, menciona que se “dava muito com os jagunços de Tupãssi”, e que:

Conheci Pedro Simões do Jotaesse, da Imobiliária do Paraná. O advogado dela tinha consultório no meu prédio. Eu comprei umas terras da Pinha, lá onde hoje é Tupãssi e antes, Assis Chateaubriand. Comprei 20 colônias, duzentos alqueires. Depois veio a Norte do Paraná, dizendo que a terra era deles”. Aí houve disputa e o médico levou dez anos na Justiça e

⁴⁰ - Idem, p. 81.

⁴¹ - *O Paraná*, 04/03/77, p. 4, apud Boritza, 1994

⁴² - *O Paraná*, 13/12/77, p. 9, apud Boritza, 1994

⁴³ - COLOGNESE, GREGORY e SCHALLENBERGER, op.cit., p. 86

acabou ganhando a questão. “Era um Deus nos acuda! Por todo este Oeste Paranaense, no Alto do Piquiri, Corbélia, Vera Cruz, Palotina, tudo pertencia a Cascavel. Então, a briga era porque as Companhias queriam dinheiro das terras dos posseiros.”⁴⁴

Contrapondo o depoimento acima, Souto Maior, afirma que os donos das companhias (Sociedade Colonizadora União D’Oeste Ltda e Colonizadora Norte do Paraná S/A) elogiavam e se autoelogiavam, lembrando e defendendo a metodologia legalista da venda e ocupação e que estas não causaram nenhum problema e que nunca existira no Fórum local, nenhum processo criminal contra os donos, diretores ou funcionários.⁴⁵ Se houve ou não, esta pesquisa ainda está para realizada. Há um vasto campo a ser pesquisado sobre a história de Assis Chateaubriand.

Outro depoimento na que fica explícito que a Colonizadora usou da força para garantir a posse da terra também é citado pelo doutor Avelino Campagnolo (apud Colognese, 1999)

A companhia Norte do Paraná, do Oscar Martinez, depois o Manuel Ramos, Rudy Alvarez, proprietários e sócios começaram a colonizar. Em Tupãssi, a companhia mantinha uma equipe de elementos de segurança, conhecido por jagunços. Eram funcionários pagos pela empresa. Eu fui vítima de várias atentados. Tiros atingiram a nossa viatura. Aviso não vai lá, que pode morrer. Escapamos inúmeras vezes. A companhia tinha esses elementos bem armados para garantir a posse da terra de que se dizia proprietária, havendo comprado do governo, da União. Por outra, alguns posseiros, para defender suas terras, tinham uma espécie de jagunços, dos quais há remanescentes em Assis Chateaubriand. Mas eram estilo meio pacato. Eu, como médico, atendi muitas vezes aqueles elementos atingidos pela violência, baleados, esfaqueados pelos jagunços, andando de arrasto pelo mato, quilômetros, no meio de espinhos, tocos, unha-degato, Chegavam desfigurados.⁴⁶

Segundo Boritza (1994), era difícil entender as artimanhas utilizadas pela Colonizadora Norte do Paraná. No Carnaval de 1977, vinte jagunços comandados por José Amaro espalharam terror e acabaram por expulsar duas famílias de terras em litígios. Segundo a autora, Zé Amaro trabalhava para a companhia, ele e outros capangas viviam escondidos na Fazenda Rio Verde, de propriedade de Adizio Figueiredo e que era um

⁴⁴ - Idem, p. 86

⁴⁵ - Souto Maior, op. cit.

⁴⁶ - Entrevista de Avelino Campagnolo, apud COLOGNESE, GREGORY E SCHALLENBERGER, op. cit., p. 86

reduto de pistoleiro a serviço da colonizadora. Usavam como armas: metralhadoras, aviões que lançavam nuvens de venenos, tratores que destruíam plantações. Assim comandaram centenas de despejos.

Agiam por municípios e distritos como Novo Tupãssi, Jota Esse, Bragantina, Nice, Nova Aurora, Jesuitas e era comum encontrar em terrenos baldios restos de móveis velhos, todos quebrados, como camas, mesas, que aos pedaços, os homens da colonizadora atiravam em qualquer canto. Relata que *um tal* Chicão e seu irmão, João Soares, foram despejados de 500 alqueires que ocupavam há 15 anos na localidade conhecida como Corredeira dos Índios. Na época, criticava-se as autoridades locais que estavam sendo ‘compradas’ pelo grupo econômico, envolvendo o nome do vice-governador Otávio Cesário, que era proprietário de uma fazenda de 670 alqueires “grilados” na região.⁴⁷

O governador Ney Braga encaminhou uma operação de varredura na região oeste paranaense, durante a qual recolheram armamentos e pegaram jagunços. A esse respeito, também relata o doutor Campagnolo (apud Colognese), o chefe dos jagunços era

... Maris Belo, que era meu cliente. Trabalhava na Companhia na área do Otávio Cesário que foi deputado federal, senador, foi governador do Estado. Ele defendia essa área. [...] eu estava no consultório. Chegou um negrão, um pistoleiro do Otávio Cesário. Eu era muito querido daquele pessoal. [...] Então aquele negrão chegou: Bom dia, doutor. Eu queria falar com senhor... Aquele negrão morreu lá naquele toco de peroba, ali perto do rancho. Estava eu ali e mais duas figuras armadas.⁴⁸

Não podemos esquecer que muitos homens e mulheres contribuíram com a colonização, cujas memórias ainda estão para ser desvendadas.

1.4 – De mãe de Deus à Assis Chateaubriand: que interesses estavam em jogo na mudança do nome da cidade?

Quando falamos da História da colonização de Assis Chateaubriand, buscamos reinterpretar o passado sob a ótica dos colonos que foram excluídos desta memória. Visto

⁴⁷ - BORITZA, op.cit.

⁴⁸ - Entrevista de Avelino Campagnolo – 27, apud COLOGNESE, GREGORY E SCHALLENBERGER op.cit., p. 87

que ainda hoje, o que se ensina na rede municipal de educação, está intrinsecamente ligada ao pioneirismo da Colonizadora Norte do Paraná e de seus heróis.⁴⁹

Analisar outra versão sobre o passado é condição essencial para desmitificar e reafirmar a identidade de grande parte da população chateaubriandense, cuja base histórica também foi influenciada. Ao reivindicar outra memória o passado sofre constante transformação. Pois a história não é resultado de um suposto passado comum. Será que todos os pioneiros desse município se sentem incluídos na história contada nas bibliografias existentes?

O que se tem produzido sobre a história de Assis Chateaubriand é que o processo de colonização ocorreu de forma linear, sem conflitos, sem contradições. Negar a existência do conflito, não significa que ele não tenha existido. Aqueles que venceram impuseram sua versão dos fatos acerca do processo de colonização e tudo aquilo que aconteceu no passado. A quem interessa a perpetuação do pensamento único sobre o processo de colonização deste município? Quem tem o poder de definir a identidade do colonizador? Em que esfera esse poder é construído? Quem são os sujeitos sociais envolvidos?

A identidade não é um dado pronto, um produto social acabado; ao contrário, a identidade tem que ser percebida, captada e construída e em permanente transformação, enquanto processo. A identidade pressupõe um elo com a história passada e com as memórias do grupo, enraizada no espaço, no gesto, na imagem, no objeto, nos ícones, na religião. As lembranças são mantidas nos espaços sociais da família, do trabalho, do lazer, da religiosidade, ancoradas no vivido, na experiência histórica. A busca de identidade é uma das necessidades fundamentais da sociedade humana e está ligada ao cultural.

A mudança do nome da cidade está mais ligado ao mundo simbólico do que da produção material. Afinal donde surgiu o nome *Tupãssi*? Segundo relatos de Rudy Alvarez (Souto Maior, 1996), uma das posses do Dr. Oscar, estava localizada no pantanal do Mato Grosso, uma fazenda cujo nome era Tupaci, na linguagem dos índios Kadweus significava Mãe de Deus. Quando começaram a colonização deste município, o próprio doutor, afirmou que a cidade ia se chamar Tupãssi, porque Tupã em Guarani é Deus.

Para Gregori (1999), influenciado pela religiosidade guarani, a utopia cristã, “ativou o imaginário de uma sociedade colonial do futuro em base aos princípios éticos-cristãos”.⁵⁰ A concepção de Deus de homem e de natureza, como modelos de

⁴⁹ - Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand – Estado do Paraná. Apostila de dados - 2005

⁵⁰ - COLOGNESE, GREGORY E SCHALLENBERGER, op. cit., p. 9-10

sociabilidade e convivência, alimenta a utopia do sonho mas não descolada da realidade. No nível de representação simbólica, Tupãssi traz a marca do divino, que se mantém na profunda religiosidade do povo, que, por outro lado, vive e constrói a sua história.

No Paraguai, nas províncias de Tayaóba e nas imediações do Brasil as populações nativas convencionavam usar o conceito Tupã para designar Deus. Segundo a lenda, São Tomé teria passado por aquela região toda pregando a palavra de Deus. Acredita-se inclusive, que suas pegadas teriam deixado um caminho de São Vicente à Assunção, passando por Guairá [...]. Este caminho, conhecido pelos índios, é associado ao do Peabiru, que estabeleceu contatos de povoações indígenas e de espanhóis e paulistas. [...]

Tupã Chy Ete é concebida como a deusa das águas. Tupã Chy pode ser entendido como o lugar onde Tupã se encarna, se gera. A relação que se constrói entre a paternidade e a maternidade [...]. Tupã Chy, ou Tupãssi, mãe de deus, ou, ainda, Tupã Chy Ete, a mãe dos Tupã [...] que, frente a grandeza do seu coração a fez conhecedora da divindade como a verdadeira futura mãe dos Tupã. Deus das águas e senhor dos mares.⁵¹

Compreender a mudança do nome da cidade, de Tupãssi para Assis Chateaubriand, é compreender as relações de produção que estavam em jogo na época. Vamos retomar a outras questões.

Rudy Alvarez, afirma que o governador Ney Braga queria anular o título da Santa Cruz, porque não concordava com a titulação de terras e estava pressionando o Dr. Oscar Martinez. Na ocasião, Oscar procurou o jornalista Násser, que sugeriu ao mesmo trocar o nome da cidade, homenageando o Jornalista Assis Chateaubriand, que se encontrava doente e buscava tratamento nos Estados Unidos (Souto Maior, 1996, p. 220).

Continuando a narrativa, Rudy descreve a dificuldade da criação do município de Assis Chateaubriand. Fato que vinha causando uma série de transtorno e desgaste político com Toledo, o qual esse distrito pertencia. O então prefeito do município de Toledo, Dr. Campanholo, não aceitava a separação, ameaçando inclusive de romper com o governo do Estado, caso isso ocorresse.

Diante desse impasse, Rudy Alvarez diz ter procurado Oscar Martinez para este pedir ajuda ao Jornalista Assis Chateaubriand, uma vez que, se o município levasse seu nome, ele poderia intervir junto ao governador Paulo Pimentel. E foi o que aconteceu. Feito isso, a resposta foi imediata, tanto que o governador convidou o próprio

⁵¹ - Idem, p.11-12

Chateaubriand a comparecer no Palácio do Iguazu para assistir a assinatura que sancionava a Lei que criou o município de Assis Chateaubriand.⁵²

A pedido do Jornalista David Nasser, na ocasião em que o embaixador Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, iria se submeter à difícil intervenção cirúrgica nos Estados Unidos, mudou o nome Tupãssi para ASSIS CHATEAUBRIAND, em homenagem ao decano dos jornalistas brasileiros, imortalizando assim o nome desse audaz pioneiro e semeador do progresso, o “Velho Capitão” e exatamente no dia 20 de agosto de 1966, criou o Município de ASSIS CHATEAUBRIAND [...]. Nesse dia esteve presente o embaixador Assis Chateaubriand, que em trecho de seu discurso disse: “A homenagem deveria ser prestada ao bandeirante Raposo Tavares, pois se não fosse ele o Paraná nunca haveria de ser brasileiro”.⁵³

O Dr. Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, era dono de dois canais de televisão e diversos jornais, só esse fato já bastava para tirar vantagem colocando seu nome no município. A divulgação da criação deste município foi em cadeia nacional. O município começou a aparecer em várias manchetes de jornais brasileiros que publicavam artigos tais como: “Assis Chateaubriand é cidade do Paraná”, “Assis Chateaubriand agora é algo diferente”, “Acaba de nascer Assis Chateaubriand”, etc.⁵⁴ Foi aí que os donos da companhia tiveram seus interesses atendidos, pois o Brasil inteiro ficou sabendo dessas terras férteis, que despertavam cobiças aos olhos capitalistas.

E Assis Chateaubriand passou a ser não apenas uma cidade, mas na verdade algo diferente que acabava de nascer com o mais potente marco de desenvolvimento que já se viu, ao mesmo tempo, que surgia um futuro, uma história, uma realidade das mais conturbadas já vistas. Pois Assis Chateaubriand está localizada numa região das mais férteis do globo terrestre, constituída pela tão falada “terra roxa”, que atraiu imigrantes de todos os recantos do Brasil e do mundo, formando um ambiente cultural, econômico, religioso e social. Projetando-se o nome de Assis Chateaubriand, ao mesmo tempo somando com o fenômeno do desenvolvimento da região do Vale do Piquiri, fazendo tudo formar-se cada vez mais sugestivo, é que em 1966, a Comunidade de Assis Chateaubriand teve o seu maior dia ao receber a visita insigne do grande jornalista Embaixador Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo que deu o seu próprio nome à Cidade. Estava numa comitiva

⁵² - Texto baseado na entrevista do Dr Rudy Alvarez, 28-11-1996, primeiro prefeito de Assis Chateaubriand, apud Souto Maior, p. 225-226

⁵³ - apostila da secretaria da Educação do município de Assis Chateaubriand

⁵⁴ - http://pt.wikipedia.org/wiki/Assis_Chateaubriand - acessado em 21/11/08

juntamente com o Governador do estado na época, o Senhor Dr. Paulo Cruz Pimentel, foi quem sancionou a Lei.⁵⁵

No dia da criação do município estiveram presentes deputado de vários estados do Brasil, secretários de estado e artistas como Lima Duarte, que leu o discurso do jornalista. O “bravo homem” que deu seu nome a esta cidade. O herói que os chateaubriandense continuam a homenagear. Será que precisamos destacar outras vantagens para a Colonizadora mudar o nome da cidade? Ou podemos afirmar que a mudança do nome da cidade produziu um discurso hegemônico?

1.4.1 - “O Bravo homem que lhe deu o nome ...”: Por que continuamos a reproduzir o poder hegemônico?

Pesquisando o material utilizado pelas escolas do município de Assis Chateaubriand, (Apostila de Dados, 2005) percebemos que há uma linearidade quanto ao processo de colonização. Não se problematiza, não se questiona, atribui-se os grandes feitos a “heróis” vencedores desse processo como: Adízio Figueiredo dos Santos, Oscar Martinez, o jornalista Assis Chateaubriand e até Raposo Tavares. Para Burke (1992),

Uma história política vista de baixo deveria discutir os pontos de vista e as ações de todos que estão excluídos do poder [...]? Uma história da Igreja vista de baixo deveria encarar a religião do ponto de vista do leigo, seja qual for a sua condição social? Uma história da medicina vista de baixo deveria se preocupar com os curandeiros em oposição aos médicos, ou com as experiências dos pacientes e os diagnósticos de doenças? [...] Um história da educação vista de baixo deveria deslocar-se dos ministros e teóricos da educação para os professores comuns, [...] ou deveria apresentar as escolas do ponto de vista dos alunos? Uma história vista de baixo deveria focalizar os pequenos comerciantes ou o pequeno consumidor?⁵⁶

A criação do município de Assis Chateaubriand ocorreu em plena ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985). A história dos grandes feitos vista de cima para baixo, ainda faz parte de cotidiano escolar. Continuamos a ensinar em nossas escolas, a versão histórica construída por esses *benfeitores e nobres* cidadãos a respeito da colonização. Percebemos

⁵⁵ - idem

⁵⁶ - BURKER, PETER, 1992, p.22

que há certo receio em tocar neste assunto, ou melhor, é quase intocável! Mexer nisso é abrir o *porão* da história, é *levantar o tapete*, é retirar do baú “coisas novas e velhas”. Acaso não seria melhor deixar *como está*?

Para as crianças e adolescentes, continuamos a ensinar que

Projetando-se o nome de Assis ASSIS CHATEAUBRIAND, [...] é que em 1966, a Comunidade de ASSIS CHATEAUBRIAND teve o seu maior dia ao receber a visita insigne do grande jornalista Embaixador FRANCISCO DE ASSIS CHATEAUBRIAND BANDEIRA DE MELLO, que deu o seu próprio nome à Cidade. Estava numa comitiva juntamente com o Governador do Estado na época, o Senhor Dr. Paulo Cruz Pimentel, foi quem sancionou a Lei.⁵⁷

Atribui-se o “maior dia”, para o povo chateaubriandense, foi receber a visita do jornalista que por benemérito deu seu “próprio nome” a cidade. Os interesses que estavam por trás desse fato não são levantados, nada é questionado. Apresenta-se o Dr. Francisco de Assis Chateaubriand como um grande benfeitor, bravo homem, como diz o hino da cidade: “*Do bravo homem que lhe deu o nome / Há de ser toda pujança e vontade sem igual / Assis Chateaubriand és um marco de esperança. És o corolário de um ideal*”⁵⁸. Será isso mesmo que temos que ensinar nossas crianças? O que se quer realmente que os cidadãos guardem na memória? O que é bom esquecer, silenciar?

Verena Alberti (2003) afirma que: “não se trata mais de privilegiar a biografia de “grandes homens” e o registro de seus “grandes feitos” como exemplos a serem seguidos pelos estudantes e cidadãos em geral, mas de tomar a trajetória de indivíduos, comuns ou não, como exemplos do que foi possível constituir em determinadas sociedades e períodos da história”.⁵⁹ Para sobreviver a população tem que criar, recriar estratégias de luta e sobrevivência, resgatar a própria identidade, isto é, recuperar as memórias silenciadas pela força do poder.

No caso de Assis Chateaubriand, o que se quer construir sobre a memória desta colonização? Será possível dizer que alguém detinha a legitimidade de ter sido o protagonista dessa História? Percebe-se que há “certa” escassez de bibliografia histórica sobre Assis Chateaubriand e aquilo que existe coloca o mérito desta colonização a dois

⁵⁷ - Apostila de dados – 2005 . Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand

⁵⁸ - Estrofe do Hino de Assis chateaubriand, letra e musica de Paulo Novaes Silveira

⁵⁹ - www.cpdoc.fgv.br. Biografia dos avós: uma experiência de pesquisa no Ensino Médio. Verena Alberti. Acessado em 16/05/08

“grandes homens”, Adizio Figueiredo e Oscar Martinez. Reforçando esta idéia, na entrevista de Ademir Brito dos Santos ele faz a seguinte afirmação;

Assis Chateaubriand foi colonizada por colonizadores de larga experiência, como por exemplo, a família Martinez que na época tinha como gerente de sua colonizadora o senhor Adizio Figueiredo dos Santos. [...] merecem uma medalha de honra ao mérito pelo brilhante trabalho de colonização do país de forma geral. Transformar densas florestas em povoados, patrimônios, distritos, cidade e estados, tarefa de homens de fibra, determinação e perseverança...⁶⁰

Contrapondo esta perspectiva de heroísmo, tem-se pouca referência daqueles que ocuparam o espaço e foram expulsos em nome do lucro de empresas privadas. Os donos da companhia, admitem a necessidade de “determinações rígidas”, “mão firme” que não fugia a regra de outras frentes de colonização. Esta é a esfera do poder, que apresenta o heroísmo dos donos da colonizadora, considerados como desbravadores, que enfrentaram feras, protegeram posseiros, legalizaram a posse das terras etc. Burke (1992) afirma que “a história vista de baixo ajuda a convencer aqueles de nós nascidos sem colheres de prata em nossa boca, de que temos um passado, de que viemos de algum lugar”⁶¹.

Existe um permanente confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e também em grupos políticos diversos. Para Pollak (1992) a memória nacional constitui um objeto de disputa de poder; comuns são os conflitos para determinar que datas e acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo. As datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. O que a memória individual grava, recalca, exclui ou relembra, é o resultado de um verdadeiro trabalho de organização, ou seja, de construção.

Michael Pollak apresenta ainda alguns elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. [...] É perfeitamente possível que, por meio da

⁶⁰ - Entrevista de Ademir Brito dos Santos, em 19/11/96 (apud Souto Maior, 1996, p. 277-78)

⁶¹ - BURKE, Peter. A Escrita da História. São Paulo: Unesp, 1992, p.62

socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.⁶²

Quando cantarmos o hino de Assis Chateaubriand, devemos lembrar todos os que nasceram sem ‘colheres de prata’. São os *bravos* homens e mulheres de nosso tempo, que enfrentam a disputa de um mercado de trabalho quase inexistentes. *Bravos* são os alunos da EJA que tiveram seus direitos repatriados; *bravos* são, porque mesmo ausentes da historiografia escrita, continuam atuando como cidadãos que acreditam num país melhor; *bravas* são as mulheres que depois de um longo dia de trabalho buscam a escola, na esperança de dar “dias melhores” aos seus filhos.

⁶² - POLLAK, Michael. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol,5,n.10, 1992, p 200-212

2. Assis Chateaubriand: História e memória

A história de Assis Chateaubriand é contemplada em poucos trabalhos historiográficos. Propomo-nos a analisar duas obras: a escrita por Laércio Souto Maior (1996), autor do livro *História de Assis Chateaubriand*, escrito a pedido do então prefeito Luiz do Amaral, é que, grosso modo, este livro apresenta a versão daqueles que detinham o poder hegemônico da época; e a dos autores Colognese, Grégory e Schallenberger (1999), autores do livro *Tupãssi do mito a história*, que apresenta o contrapelo da história do acima citado. Lembramos que Tupãssi era um distrito deste município.

Em nossa pesquisa buscaremos contrapor, questionar, legitimar, confirmar ou simplesmente problematizar as diversas visões existente. Para isso, buscaremos, além das bibliografias acima citadas, os testemunhos de pessoas que vivenciaram os primeiros anos de ocupação, por ocasião da expansão das fronteiras agrícolas. Utilizaremos para isso a metodologia da história oral. Para Meihy (2007) “*algumas histórias pessoais ganham relevo à medida que expressam situações comuns aos grupos ou que sugerem aspectos importantes para o entendimento da sociedade mais ampla*”.⁶³

Para alguns, ainda existem grandes lacunas, é como se Assis Chateaubriand, retratasse uma história de mitos, um lugar sem história, uma tábula rasa histórica. Há uma espécie de território vazio, certa estrutura de esquecimento com relação aos pioneiros, que construíram as raízes dessas terras, cujas lembranças hoje estão se perdendo. Memórias de invasões, expulsões, mortes, torturas, estão sendo perdidas com a morte de seus pioneiros e negadas por alguns que já escreveram parte dessa história.

Para que seja possível resgatar tais memórias, buscaremos realizar entrevistas de história oral. Para Thompson (1998),

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula a professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das

⁶³ - MEIHY, José C. *Historia oral*. São Paulo: 2007, p. 12

mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história.⁶⁴

Propomos a metodologia da história oral para estudar os conflitos de ocupação de Assis Chateaubriand, à luz de depoimentos de pessoas que dele participaram ou testemunharam, conforme concebido por quem o viveu na época. O que os entrevistados podem informar, confirmar, invalidar ou simplesmente substituir sobre os conflitos de ocupação de Assis Chateaubriand, no contexto histórico da década de 1960-70? Pierre Nora afirma que *“contra uma história que se transformou em prática da mentira em nome de uma pretensa cientificidade, o retorno à memória pode não ser o acesso imediato à verdade histórica, mas é certamente o símbolo da liberdade e da alternativa à tirania”*.⁶⁵

A memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado. Um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas um indivíduo inserido num contexto familiar, social, econômico, nacional. Portanto toda memória é, por definição, seletiva. Quem tem memória e consciência histórica, com mais segurança, será dono do seu presente e do seu futuro. Pois todo grupo social que esquece seu passado, que apaga sua memória é mais facilmente presa de artimanhas e interesses de grupos hegemônicos.

A memória constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. Para se reconhecer cidadão, o indivíduo parte da história onde está inserido. Relembrar o passado é um meio de explorar significados subjetivos da experiência vivida. É a busca incessante para as perguntas: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Para Félix (1998) *“a memória acaba quando se rompem os laços afetivos e sociais de identidades, já que seu suporte é o grupo social”*⁶⁶.

A História constitui-se representação do passado, pertence a todos e a ninguém, é universal. A relação coletiva com o passado, o conhecimento ativo do passado, é, ao mesmo tempo, uma exigência e uma necessidade. O passado pesa e deseja-se romper com ele.

⁶⁴ - THOMPSON, Paul. *A voz do Passado: história oral*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 44

⁶⁵ - Apud Ferreira e Amado, 2001, p. 100

⁶⁶ - FÉLIX, Loiva, O. *História e Memória*, 1998, p. 42

Jacques Le Goff, historiador francês afirma que sempre que as sociedades são predominantemente orais, a transição para a memória coletiva escrita constitui a melhor oportunidade para entender a luta para dominar as recordações. Para fins dessa discussão, a importância da observação de Le Goff está na complexa interação entre uma cultura oral e uma escrita, a fim de contestar as narrativas históricas dominantes. E numa inter-relação ainda mais complexa da memória e história.⁶⁷

Para Chesneaux (1994) existe uma grande “fome” de história entre o povo, tem-se sempre necessidade de ancestrais quando o presente vai mal. Esta “fome” de história pode despertar a busca de um refúgio contra o que vai mal, mas pode também significar uma vontade de luta. A História pode ter como objetivo a busca da compreensão do homem no tempo ou é o que uma época julga importante numa outra.⁶⁸

É o futuro que nos impele de volta ao passado. Sem o conhecimento do passado a compreensão do presente é incompleta. Se História significa procurar, investigar, pesquisar, daí o historiador é aquele que ‘vê’, aquele que ‘sabe’ ou procura saber, que se informa, interroga. *“O temor pelo esquecimento gera obsessão pelo registro, pelos traços, arquivos, museus, cemitérios, coleções, festas, comemorações, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos – santuários, associações; processos que dão ilusão de eternidade”.*⁶⁹

É importante destacar que a identidade é indissociável da memória. Que cada um de nós é um verdadeiro laboratório vivo. Segundo o escritor Hadj Garm Orem (apud Morin, 2001)

... todo indivíduo, mesmo o mais restrito à mais banal das vidas, constitui, em si mesmo, um cosmo. Traz em si suas multiplicidades internas, suas personalidades virtuais, uma infinidade de personagens quiméricos, uma poliexistência no real e no imaginário, o sono e a vigília, a obediência e a transgressão, o ostensivo e o secreto, pululâncias larvares em suas cavernas e grutas insondáveis. Cada um contém em si galáxias de sonhos e fantasias, de ímpetos insatisfeitos de desejos e de amores, abismos de infelicidade, vastidões de fria indiferença, ardores de astros em chamas, ímpetos de ódio, débeis anomalias, relâmpagos de lucidez, tempestades furiosas ...⁷⁰

Para acessar tais memórias, optamos pela entrevistas de história oral.

⁶⁷ - FERREIRA E AMADO. *Usos e Abusos da Historia Oral*. 2001, p. 86

⁶⁸ - CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* S.Paulo: Ática, 1994, p. 23

⁶⁹ - NORA, 1993, apud FÉLIX, 1998, p.53

⁷⁰ - MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 44

2.1 - História oral: uma proposta metodológica

Historicamente, a história oral não é nada recente. Já Heródoto e Tucídides lançaram mão de relatos e depoimentos para construir suas narrativas históricas sobre acontecimentos do passado. Na Idade Média, o recurso a relatos e depoimentos para reconstituição de acontecimentos e conjunturas não era incomum. No século XIX, entretanto, com o predomínio da história ‘positivista’ e a quase sacralização do documento escrito, a prática de colher depoimentos esteve relegada a segundo plano. Considerava-se que o depoimento não poderia ter valor de prova, já que era imbuído de subjetividade, de uma visão parcial sobre o passado e estava sujeito a falhas de memória.

A moderna história oral nasceu em 1948, portanto depois da Segunda Guerra Mundial, em Nova York. Foi neste contexto que as histórias de pessoas comuns, de vítimas da guerra e de tantos que suportaram as tropas lutando fora do país, era contadas e transmitidas. É fundamental que se tenha em mente que não se pode pensar no sucesso da história oral sem levar em conta o surgimento do rádio e o gravador.

Embora a introdução da história oral no Brasil data dos anos 70, somente no início dos anos 90 a história oral experimentou aqui uma expansão mais significativa. Em 1975, o programa de História Oral do Cpdoc,⁷¹ foi pioneiro no Brasil. Sua contribuição foi sempre maior nas áreas pouco estudadas, seja no estudo das elites, seja das grandes massas. A idéia era estudar o processo de montagem do Estado brasileiro, permitindo inclusive compreender como se chegara ao regime militar então vigente. Como afirma Alberti

... com as entrevistas, procurava-se conhecer os processos de formação das elites, as influências políticas e intelectuais, os conflitos e as formas de conceber o mundo e o país. Para alcançar este objetivo, o mais apropriado era realizar entrevistas de história de vida, [...] políticos, intelectuais, tecnocratas, militares e diplomatas, entre outros, desde os que ocuparam cargos formais no Estado até os que, fora do Estado, com ele cooperaram ou lhe fizeram oposição.⁷²

Nesse sentido, as entrevistas permitem instituir um novo campo documental que, muitas vezes, tem-se perdido com o falecimento de seus narradores. É aquilo que as

⁷¹ - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, foi criado em 1975.

⁷² - ALBERTI, op.cit., p. 20

peças se lembram do que aconteceu, de como aconteceu, como selecionam, interpretam e elaboram suas memórias.

Para Alberti, a história oral “ pode ser empregada em diversas disciplinas das ciências humanas e tem relação estreita com categorias como biografias, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos. [...] pode ser definida como método de investigação científica, como fonte de pesquisa, ou ainda como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados”.⁷³

Há muitas memórias *subterrâneas*, porque ficaram à margem da história oficial escrita. A história oral privilegia a história das memórias que não foram registradas das minorias, das memórias ocultas.

Para Montenegro,

O que importa na história oral não são os fatos a cerca do passado, mas todo o caminho em que a memória popular é construída e reconstruída como parte da consciência contemporânea, a questão de como os historiadores vão usar fontes é um problema da história oral como de áreas afins.⁷⁴

A História nunca será um terreno neutro. O passado, ainda hoje, é um campo de interesse e disputa de poder. Pelos relatos gravados se retrata a própria visão de mundo dos diferentes sujeitos, ou seja, como vêm suas vidas e o mundo ao redor. Até que ponto a população convive, tolera, assimila, reproduz a cultura oficial? Através dos depoimentos, é possível analisar que elementos simbólicos, que representações, são construídas pela população como avesso daquilo que lhe é imposto. Cabe ao historiador desvendar as múltiplas experiências e versões, buscando dar uma resposta, para temas relegados ou submetidos aos interesses e às ideologias.

Trabalhar com história oral é ter a possibilidade metodológica ampliada na compreensão dos sujeitos, de sua identidade, cidadania. É o sentimento de pertença a determinado grupo social que garante a alteridade. Cabe ao professor de História desvendar os diferentes caminhos dos sujeitos. Exemplo disse é partir de experiências pessoais, da família, do trabalho, emprego, religião.

Há uma diversidade de conteúdos/ temas a serem desvendados; desde a velha cama de palha e seu funcionamento; a vida sem geladeira e a preservação dos alimentos perecíveis; costumes, festas, crenças, benzeção: desde a dieta para mães – do nascimento

⁷³ - Idem, p. 17

⁷⁴ - MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo, Contexto, 1994, p.16

de bebês até enterro, doença e morte. E o plantio? Como saber a hora certa da colheita? Trabalhos domésticos e as funções dos pais, mãe dentro de casa, nos diferentes tempos históricos? Sem falar nas biografias dos avôs!

A pesquisa oral tornou-se um meio pedagógico eficaz para motivar os alunos de História, levando-os a tomar consciência das relações que o passado mantém com o presente. Experiência realizada pelos alunos com seus avós vem apresentando resultados surpreendentes, fornecendo uma documentação bastante original sobre II Guerra Mundial, migração, colonização e que dificilmente seria obtida por um pesquisador externo.

Despertar a curiosidade, a vontade de conhecer no aluno, é o elemento chave, para motivá-lo a sair a campo, gravar e trazer para discussão/debate e, gradativamente, passar para a escrita. Sempre partir de sua própria linguagem, esta é a chave do êxito.

Ao coletar narrativas e memórias sobre como as pessoas viviam no passado, como se vestiam, sobre as brincadeiras das crianças e as mudanças da paisagem, estamos coletando evidências sobre o passado. Memórias de um bisavô sobre uma rua, uma igreja, uma escola, uma cidade, construção de cinqüenta anos atrás, diferentes biografias. O aluno pode praticar entrevistando professores, membros da família, uns aos outros, escreverem sua autobiografia. A história oral oportuniza um tipo de atividade que possibilita, aos alunos, desenvolver vários tipos de habilidades como:

- Pesquisar (instiga descobrir coisas e outras fontes);
- Aprendem a escutar os outros, a captar exatamente o que se quer transmitir, isso exige concentração. Sem se dar conta enfrentam problemas de compreensão e interpretação;
- Adquirem confiança em expressar-se por palavras
- Adquirem habilidade técnicas, tais como: gravar, utilizar gravadores, filmadoras, fotografias, catalogar informações, arquivar, salvar em computadores e apresentar;
- Adquirem habilidades sociais: capacidade de comunicação, de escutar os outros, fazer sentir-se à vontade, paciência necessária para obter informações;
- Comportar-se sem brincadeira, ter uma visão viva como era a vida no passado, perceber as continuidades e rupturas.
- Perceber como as experiências de outras pessoas, no passado e hoje, são diferentes do que elas próprias tem;
- Ajuda a compreender e a sentir-se solidário com o outro, a enfrentar valores e atitudes conflitantes, a ter respeito pelo outro e sua identidade.

Se o passado conta, é pelo que significa para nós. Ele é produto de nossa memória coletiva, é o seu tecido fundamental. Este passado nos ajuda a compreender melhor a sociedade na qual vivemos, a saber o que defender e preservar, saber também o que mudar e destruir. A história tem uma relação ativa com o passado. O passado está presente em todas as esferas da vida social.

2.2- Proposta de Intervenção pedagógica

Ao discutir sobre a possibilidade de trabalhar com história oral em sala de aula, Verena Albert relata a importância das relações construídas no universo familiar, como estas experiências podem ser fontes da memória histórica e afirma:

... o objetivo é enfatizar a relação entre história e nossas vidas, ou seja, fazer o aluno se sentir parte da história, à medida que privilegia, em sua pesquisa, a relação entre momentos históricos e a vida concreta de seus antepassados. [...] como relatar a história dos avós sem perder de vista a história das sociedades em que viveram? Como reunir informações de diferentes fontes, entre elas os relatos dos próprios familiares, e, com elas, construir um texto coerente e, capaz de explicar ao leitor quem foram e o que fizeram aquelas pessoas? [...] Todos esses desafios talvez mostrem, para o aluno, que, ao produzir o texto de história de seus avós, esta selecionando, fazendo adequações, descobrindo novidades, reiterando esquecimentos, omitindo detalhes, enfim, ajustando experiências à linguagem...⁷⁵

A História Oral pode ser usada em escolas, através de entrevistas com crianças e jovens. A conversa sobre o passado recente entre jovens e idosos, estreita o relacionamento e valoriza os traços culturais locais, além de fornecer uma nova e envolvente dimensão às histórias regional e familiar porque as integra ao todo mais amplo da memória nacional.

O uso da mediação eletrônica, por meio dos vários aparelhos colocados no mercado não suprem a necessidade do contato direto com o entrevistado. Não se faz história oral por telefone, e-mail, blog... É a participação direta, o contato pessoal de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida, de seus testemunhos e/ou participação direta ou não em determinados acontecimentos.

⁷⁵ - Verena Alberti, www.cpdoc.fgv.br – 16/05/08

Para conhecer, confrontar, identificar e compreender a memória histórica de pioneiros e de habitantes de Assis Chateaubriand propomos:

- Análise bibliográfica de produções historiográficas sobre a região onde se localiza o município de Assis Chateaubriand, dos seguintes autores: Laércio Souto Maior, Rita Boritza, Silvio Colognese e outros.
- Entrevistar alguns pioneiros que participaram direta ou indiretamente do processo de ocupação de Assis Chateaubriand, contrapondo depoimentos com a produção historiográfica existente;
- Entrevistar os alunos (e/ou família e pioneiros), para analisar que memórias eles elaboram sobre a História do município, questionando sua própria existência de sujeitos históricos;
- Propor um debate aberto, (alunos/pioneiros) sobre a nova abordagem histórica de Assis Chateaubriand, construída a partir da contribuição deste trabalho pedagógico, contrapondo as diferentes visões, dos diferentes sujeitos.
- E, por último, levar os alunos a produzir, por escrito, uma nova abordagem histórica de Assis Chateaubriand, considerando suas experiências particulares sobre o passado, sua trajetória individual, ampliando o conhecimento da História com base na experiência de outros sujeitos.

Dicas para as entrevistas:

Trabalhar com história oral é partir de conteúdos elaborados, de algumas bibliografias existentes, alguns fatos que marcaram a fundação da cidade e buscando outros testemunhos para legitimar, confrontar ou contestar a visão existente. É importante observar alguns procedimentos:

Materiais: instrumento para gravação de entrevistas, podendo ser usado: gravador digital, celular, máquina fotográfica, mp3, k7, etc; Caneta, bloco para anotações. (é desaconselhável o uso de vídeo – pode impedir a espontaneidade do entrevistado)

Procedimentos: Contatar pessoas que participaram direta ou indiretamente, que conhecem “causos e lendas” sobre a fundação da cidade e que estejam dispostas a falar de suas experiências sobre este assunto.

(Sugere-se que este trabalho seja feito em equipes de no máximo 3 alunos).

Para isso será necessário:

- Informar-se sobre a história de sua cidade, através de livros, apostilas, fotografias, etc., e o que já existe de produção historiográfica sobre o assunto;
- Cada equipe deverá escolher 1-2 pessoas para entrevistar. Contatando com antecedência e marcando a entrevista, que deve ocorrer num lugar calmo, respeitando os sentimentos do entrevistado;
- Preencher ficha do entrevistado, com alguns dados como: nome, profissão do presente e do passado, o que fazia na época (manter o respeito, a ética, o sigilo, para não causar constrangimento ao entrevistado);
- Ter presente questionário com perguntas a serem realizadas – sugestão ver abaixo;
- Anotar no diário de campo: impressões, dicas, informações sobre os dados da pesquisa, atitudes paralelas que ajudem a compreender os testemunhos;
- Salvar as gravações em computador, para não correr o risco de perder;
- Fotografia do entrevistado, somente se autorizado pelo mesmo;
- Coletado as entrevistas, transferir para a escrita, com todas as características da linguagem, cacoetes, intervalos, etc.;
- Obs: é muito importante a autorização da pessoa para publicar estas informações, mesmo que seja em pequenos grupos (sala de aula), bem como o sigilo das informações (respeito a memória da pessoa, se ela quer ou não ser identificada);

Para o projeto de intervenção na escola, sugerimos algumas questões:

- 1) Em que ano o senhor (a) veio morar neste município? De onde vieram? Por que mudaram para cá? Como foi a chegada? Estrada? Residência? Segurança? Como foram os primeiros tempos? – fale um pouco da trajetória até chegar em Assis Chateaubriand.
- 2) Como era o distrito cidade quando vocês chegaram? Gostaram da localidade? O que chamou mais atenção?

- 3) Quem era o dono das terras onde vocês vieram morar? Sua ou de outra pessoa? De quem foram compradas? Havia algum documento, escritura, preço....? Vieram como donos de terras? Que outra relação de trabalho vocês tiveram?
- 4) Havia problemas com a documentação dessas ou de outras terras? Lembra-se de outras pessoas, vizinhos, amigos...? Como se relacionava com os vizinhos? Como era sua família? Quantos filhos? Quem trabalhava na terra?
- 5) Qual o papel da Colonizadora Norte do Paraná na ocupação e colonização de Assis Chateaubriand? Conhecia seus donos, se relacionava com eles de que forma?
- 6) Quem era autoridade; delegado? Policia? Prefeito? Padre? Quem tinha poder de mando? Como a segurança era garantida? Que tipo de perigo/ ameaça se sofria?
- 7) O que e como se plantava? A quem vendiam os produtos? Quais as condições de sobrevivência? Quem trabalhava naquelas terras?
- 8) Existe algum fato/acidente que tenha marcado sua vida? Lembra de algum acontecimento que merece ser destacado?
- 9) O que mais marcou sua memória daquele período? O que não esquece?

Toda pesquisa deve ter retorno ao grupo social. Os resultados dos projetos temáticos podem ser reunidos e apresentados em datashow, publicado em folhetos, revistas, jornais locais ou mesmo em sala de aula. Porém, é preciso que o professor esteja habilitado, atento, pois uma prática descuidada pode causar ressentimento, prejudicar ou difamar pessoas e ou comportamentos.

Como conclusão de nossa proposta de intervenção pedagógica, propomos fazer debate: num primeiro momento entre os alunos envolvidos e na seqüência com os entrevistados e comunidade. Finalizando propõem-se ainda que o aluno produza, por escrito, uma nova abordagem histórica de Assis Chateaubriand, agora com um conhecimento ampliado da história local.

4- REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de Historia Oral**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: FGV. 2004

BORITZA, Rita. **Os Conflitos Ocupacionais da Colonização de Assis Chateaubriand**. UNIOESTE, Monografia de Conclusão do Curso de especialização em História do Brasil. Toledo: 1994

BURKE, Piter (org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992

COLOGNESE, Silvio A e outros. **Tupãssi: do mito à Historia**. Cascavel: EDUNIOESTE. 1999.

CORDEIRO, Anselmo. **Ninho de Cobras**. Cascavel: Editora Independente Ltda, [19--]

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado?** S. Paulo: Ática, 1994.

FÉLIX, Loiva O. **História e Memória: A problemática da Pesquisa**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (Org.). **Usos e Abusos da Historia Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2001

FERREIRA, Marieta de M. e outros (org). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2000

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,2001

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. S.Paulo: Companhia das Letras. 2003

HOBBSAWM, Eric. **Sobre a História**. S.Paulo: Companhia das Letras. 2005

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de Historia Oral**. São Paulo: Loyola. 3ª. Ed., 2000

MEIHY, José Carlos Sebe Bom e HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MÉSZAROS, Istvan. **A Educação para Além do Capital**. S.Paulo: Boitempo,2005.

PALMAR, Aluizio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** Curitiba: Travessa dos Editores. 2005

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS CHATEAUBRAID. Apostila de Dados. Casa da Cultura. 2005

POLLAK, Michael. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol5, n.10,1992, p.200-212.

SOUTO MAIOR, Laércio. **História de Assis Chateaubriand: o encontro das correntes migratórias na ultima fronteira agrícola de Estão do Paraná**. Maringá: Clicheter, 1996.

SOUZA. Maria Inês. **Paulo Freire: Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2007

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998

WACHOWICZ, Ruy C. **PARANÁ, SUDOESTE: Ocupação e colonização**. 2ª. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

VAZ, Raul. **LUPION: a verdade**. Curitiba: Paratodos, 1986,

<http://www.dci.ufscar.br/historiaoral/historal.htm>

<http://www.cpdoc.fgv.br> – . Biografia dos avós: uma experiência de pesquisa no Ensino Médio. Verena Alberti. Acessado em 16/05/08

<http://www.centrodememoria.unicamp.br/laho/roteiro.html> - acessado em 13/11/08

<http://cenadiaria.blogspot.com/2007/06/walter-benjamin-> acessado em 19/11/08

<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf> - acessado em 21/11/08

http://pt.wikipedia.org/wiki/Assis_Chateaubriand - acessado em 21/11/08